



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição 10 matérias

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, segunda-feira, 28 de março de 2011

O ESTADO DE SÃO PAULO

Empresas são atraídas para projeto de inovação 1
VEICULAÇÃO NACIONAL

O ESTADO DE SÃO PAULO

Governo quer R\$ 37 bi para inovação..... 4
VEICULAÇÃO NACIONAL

PORTAL DA AMAZÔNIA

MPT sugere contratação de haitianos no Polo Industrial de Manaus 5
VEICULAÇÃO NACIONAL

MANAUS ON LINE

NOTÍCIAS 6
VEICULAÇÃO NACIONAL

VALOR

Importação segura repasse de preços ao varejo, aponta estudo 8
VEICULAÇÃO NACIONAL

VALOR

Negócios não mudam com Dilma, diz pesquisa 10
VEICULAÇÃO NACIONAL

CORREIO DA PARAÍBA - PB

Romero Rodrigues luta pela Zona Franca do Nordeste..... 12
VEICULAÇÃO NACIONAL

PLANETECH.UOL.COM.BR

Manaus: por dentro das fábricas do Polo Industrial 13
VEICULAÇÃO NACIONAL

A GAZETA-MT

GOVERNO FEDERAL QUER ATRAIR EMPRESAS DO PAÍS PARA A PDP 14
VEICULAÇÃO NACIONAL

DCI-SP

CAMEX APLICA TAXA DE 10% À IMPORTAÇÃO DE POLIPROPILENO 15
VEICULAÇÃO NACIONAL

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO Empresas são atraídas para projeto de inovação		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

CNI vai apresentar propostas para o plano de Política de Desenvolvimento Produtivo

Alexandre Rodrigues e Fernando Dantas - O Estado de S.Paulo

Além de conciliar as duas distintas visões para a nova política industrial (leia abaixo), o governo vem atrasando a definição da nova Política de **Desenvolvimento** Produtivo (PDP) para ampliar a adesão do setor privado ao plano. Na semana que vem, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) entrega ao governo um documento com uma série de sugestões para a PDP.

"Noto que houve uma mudança no novo governo, e o **Ministério** da Ciência e Tecnologia agora tem uma visão mais empreendedora de como fazer os recursos para a inovação chegarem nas empresas. Até agora, o governo tem incentivado muita geração de conhecimento, mas pouca transferência disso para a **produção**", diz o presidente da CNI, Robson Andrade.

Além da conhecida pauta de desoneração fiscal dos investimentos e combate ao custo Brasil, os empresários querem participar mais da governança da política industrial, aumentando o número de segmentos atendidos pelas ações setoriais: "Acreditamos que a nova política não deve ser setORIZADA. No Brasil, todos os setores são estratégicos."

"Inovação hoje é obrigação de todo e qualquer setor da economia", concorda Glauco Arbix, garantindo que há mais convergência do que disputas no governo entre os defensores do investimento em volume e os que veem a inovação como um caminho para diversificar uma base industrial mais competitiva. "Podemos fazer as duas coisas, combiná-las, mas a fraqueza do **Brasil** está na inovação e ela é que deve ser o coração e o Norte", diz.

O diretor de Planejamento do **BNDES**, João Carlos Ferraz, indica que, após três meses de conversas, o consenso parece ter se firmado. Braço direito de Luciano Coutinho na formulação da primeira PDP, ele afirmou que o aumento do investimento continuará sendo "a grande obsessão", mas com uma concentração maior na recuperação da competitividade da indústria. "Perdemos competitividade no plano industrial", admitiu Ferraz, na semana passada, na Suíça.

O grupo de Aloizio Mercadante e Arbix, que trouxe para a Finep outros nomes ligados à Pitce, como o diretor de Inovação João De Negri (que havia sido desligado da diretoria adjunta de Estudos Setoriais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Ipea), defende que a elevação das taxas de inovação depende de um forte e coordenado apoio financeiro do setor público, como mostram as experiências de vários países.

Para aumentar os recursos, Mercadante está propondo a criação de novos fundos setoriais para vitaminar o Fundo Nacional de **Desenvolvimento** Científico e Tecnológico (FNDCT), principal fonte de recursos da Finep. Hoje, o FNDCT reúne 15 fundos setoriais, como os de petróleo e energia elétrica, mas é presa recorrente dos contingenciamentos fiscais.

O orçamento de R\$ 3,3 bilhões do FNDCT perdeu 20% no recente corte orçamentário de R\$ 50 bilhões. A Finep contornou a situação e conseguiu R\$ 1,75 bilhão via **BNDES**, que foi vitaminado por um novo empréstimo do Tesouro de R\$ 55 bilhões.

Para acabar com a necessidade de tapar buracos, outro plano do grupo é transformar a Finep num banco, uma espécie de **BNDES** da inovação, imune aos cortes e com capacidade de alavancar desembolsos diversificando suas fontes, inclusive recorrendo ao **mercado**. A proposta foi levada ao Banco Central, mas Arbix sabe que não dará frutos em menos de quatro anos. Enquanto isso, a intenção é dobrar o orçamento da Finep e triplicar o número de empresas fomentadas pela agência até 2014.

Os recursos públicos para inovação no **Brasil** subiram mais de 200% na última década, mas isso não foi o suficiente para elevar o investimento privado a 0,65% do **PIB**, uma das metas frustradas da PDP. Esse indicador está estacionado em torno de 0,5% do **PIB**, enquanto o investimento público chega a quase 0,6%.

A participação do setor público na inovação em relação ao **PIB** no **Brasil** já é superior à taxa de países como Reino Unido (0,56%) e China (0,36%), segundo comparação da Finep com dados de 2008 e 2007. No entanto, a taxa do investimento privado em pesquisa e **desenvolvimento** (P&D)

nesses dois países têm desempenho muito melhor: 0,89% e 1,01%, respectivamente. É esse efeito que a PDP2 vai buscar.

Segundo a última Pesquisa de Inovação Tecnológica (Pintec), do IBGE, só 33,4% das indústrias inovam no Brasil. Os setores com maior taxa de inovação são dominados por multinacionais, como o automotivo (83,2%), o farmacêutico

(63,7%) e o químico (58,1%). O elevado custo dos investimentos, os riscos, a falta de pessoal qualificado e a escassez de financiamento são os principais obstáculos apontados pelos empresários para inovar. / COLABOROU JAMIL CHADE

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO Governo quer R\$ 37 bi para inovação		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Nova versão da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), a ser divulgada em abril, mira em competitividade e pede mais verba para pesquisa Fernando Dantas e Alexandre Rodrigues - O Estado de S.Paulo

Com o retorno a posições estratégicas no governo de alguns de seus mais destacados defensores, o foco na inovação volta a ganhar força e deve ser destaque da segunda versão da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), a ser divulgada em abril.

Mirando a competitividade, a chamada PDP2 terá como uma das principais metas a elevação do gasto privado anual em pesquisa e desenvolvimento para algo entre 0,9% a 1% do PIB até 2014. Em valores atuais, algo em torno de R\$ 37 bilhões. Hoje o percentual é de apenas 0,5%.

A primeira PDP, de 2008, mesmo incluindo incentivos à inovação, acabou mais voltada aos segmentos mais competitivos da indústria, boa parte setores tradicionais ligados a recursos naturais. Agora, a formulação da PDP2 está sendo fortemente influenciada pela reforço da visão, dentro do governo, de que é preciso inovar em toda a base industrial para enfrentar a concorrência dos outros países nos mercados interno e externo.

"Não é todo investimento que gera inovação, mas, para aumentar a taxa de investimentos em geral, tem de inovar", define o presidente da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), Glauco Arbix, representante do grupo defensor da inovação que voltou ao governo com a posse da presidente Dilma Rousseff.

Ele integra um time ligado aos ministros Antonio Palocci (Casa Civil) e Aluizio Mercadante (Ciência e Tecnologia), que ganhou força neste início do governo Dilma, e está dividindo a definição da estratégia industrial do País com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, e o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciano Coutinho.

Como presidente do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea), Arbix foi um dos formuladores da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (Pitce), de 2004, primeira iniciativa de Lula nesse campo, com forte foco em inovação. Sem resultados significativos, a Pitce foi substituída em 2008 pela PDP, que, com a saída dos grupos de Palocci e Mercadante do governo, ficou sob forte influência de Mantega e Coutinho.

Pragmatismo. A primeira PDP visou uma ação mais pragmática de incentivo à indústria, com foco em elevar a minguada taxa de investimento brasileira. O plano foi atropelado pela crise financeira mundial, poucos meses depois do estabelecimento da principal meta da PDP: elevar a taxa de investimento a 21% do PIB.

Com a crise global, a taxa caiu de 18,7% em 2008 para 16,9% em 2009, reforçando ainda mais o foco nos investimentos. Em 2009, a taxa recuperou-se para 19% do PIB. Na nova PDP, elevar a taxa de investimento permanecerá como um objetivo crucial, mas com a visão de que a indústria brasileira perdeu competitividade estrutural nos últimos anos e que a prioridade agora deve ser a inovação.

	VEÍCULO PORTAL DA AMAZÔNIA		EDITORIA
	TÍTULO MPT sugere contratação de haitianos no Polo Industrial de <u>Manaus</u>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Larissa Balieiro -
portalamazonia@redeamazonica.com.br

MANAUS - O **Ministério** Público do Trabalho (MPT) discutiu, na manhã desta segunda-feira (28), a inserção no **mercado** de trabalho de mais de 400 haitianos abrigados em **Manaus**. Segundo o procurador chefe do MPT, Jorsinei do Nascimento, a maior preocupação diz respeito ao destino final dos haitianos caso eles não se encaixem no perfil profissional das empresas. O MPT firmou um Termo de Cooperação com as indústrias, com duração de quatro anos, para atender a demanda.

“Estamos buscando alternativas para ajudar essas pessoas que só em **Manaus** já somam mais de 400”, disse Jorsinei do Nascimento. O Termo de Cooperação proposto pelo procurador do trabalho, Audaliphal Hildebrando, visa sugerir a cada entidade a contribuição para auxiliar os trabalhadores. “Queremos sistematizar esse processo. Não queremos que essa parceria seja feita individual, se um haitiano não der certo na LG, poderá ter a liberdade de tentar dar certo na Samsung e assim sucessivamente”, afirmou o procurador.

Segundo o vice-presidente do Sindicato da Construção Civil, Cícero Custódio, empresas do ramo de construção como Aliança já contratam haitianos. “Já temos cerca de 47 trabalhando conosco nas construções civis de diferentes empresas” afirmou o vice-presidente.

A titular da **Superintendência** da **Zona Franca** de **Manaus (Suframa)**, **Flávia Grosso**, sugeriu ainda a inserção de creches para atender a demanda de crianças e filhos dos

haitianos. De acordo com a Pastoral dos Migrantes, quatro crianças com idades entre seis meses e sete anos estão abrigadas em **Manaus**. O procurador Audaliphal Hildebrando afirmou ainda que é preciso haver o acompanhamento dos haitianos no processo de adaptação.

“É preciso ter paciência com eles pela questão da linguagem e adaptação” disse. Segundo o **Superintendente** do **Ministério** do Trabalho, Alcino Vieira, a legalidade dos migrante não será fator de impasse na contratação. “Todos estão legais em **Manaus**. O processo de análise que falei anteriormente se refere a permanência deles em **Manaus**, que deve ser postergada de acordo com o tempo. Mas, não implicará em lei nenhuma contratar os haitianos que aqui se encontram”, afirmou.

Representantes da Sejus, **Suframa**, Governo do Estado, Prefeitura de **Manaus**, Seduscom, Ifam, Cetam e do MPT irão se reunir no próximo dia 31 de março para dar continuidade as discussões sobre o projeto de inclusão dos haitianos no **mercado** de trabalho em **Manaus**.

	VEÍCULO MANAUS ON LINE	EDITORIA	
	TÍTULO NOTÍCIAS		
ORIGEM PRESS-RELEASE DA ASSESSORIA DE IMPRENSA		ENFOQUE POSITIVO	VEICULAÇÃO NACIONAL

Forum Mundial de Sustentabilidade reconhece sucesso do modelo **ZFM**

Por **Juliana Pazuello**, **Superintendência da Zona Franca de Manaus**

segunda-feira, 28 de março de 2011

Segunda edição do Fórum Mundial de Sustentabilidade consagra novamente o Polo Industrial de **Manaus (PIM)** e o modelo **Zona Franca de Manaus (ZFM)** como principais responsáveis pela preservação de 98% da floresta, no Estado do **Amazonas**. A declaração foi feita pelo senador Eduardo Braga durante a palestra “**Desenvolvimento** Sustentável da Floresta Amazônica” apresentada por ele, no último dia do evento. O Fórum aconteceu de 24 a 26 de março, no Tropical Hotel **Manaus**.

Implantada pelo **Governo Federal** para promover a integração produtiva e social da **Amazônia** Ocidental, a **ZFM** é um modelo de **desenvolvimento** econômico sustentável bem sucedido, que contribuiu de forma positiva para o corte de 75% do desmatamento do Estado. Eduardo Braga lembrou que hoje, aproximadamente 550 empresas incentivadas estão instaladas no **PIM** e que sem o **Distrito Industrial** não haveria capacidade financeira e econômica para investir. “Este conjunto de empresas representa recordes de faturamento, geração de empregos e capacidade produtiva”, completou o senador.

Dados divulgados pela **Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA)**, mostram que em 2010 o faturamento do Polo alcançou a marca recorde de US\$ 35.1 bilhões e geração de 108 mil postos de trabalho. Segundo a **Superintendente da SUFRAMA, Flávia Grosso** “o modelo **ZFM**, ao oferecer emprego e renda a população, fez com que não fosse buscado na floresta meios de subsistência”.

Flávia Grosso também explicou que o Fórum colocou a **Amazônia** em uma posição de destaque, “formadores de opinião do mundo inteiro se reuniram aqui para conhecer a realidade da Região, que é muito difícil de ser entendida se não for vivida”, comentou a **Superintendente**. O evento também foi uma oportunidade para ampliar e estreitar relacionamentos e gerar possibilidades de investimentos.

Políticos, empresários, artistas e ambientalistas estiveram reunidos nos três dias do Fórum, com o objetivo de discutir técnicas bem sucedidas de **desenvolvimento**, que visam a preservação do meio ambiente e que demonstram o valor econômico e ambiental da floresta em pé, além de suas implicações positivas para a **Amazônia** e o mundo. Personalidades **importantes** como o ex-presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, o ex-governador da Califórnia, Arnold Schwarzenegger, o cineasta James Cameron e o diretor de Sustentabilidade e Regeneração Urbana dos Jogos Olímpicos de Londres 2012, Dan Epstein, também participaram do evento.

Levorin

Um dos exemplos de como o Polo Industrial de **Manaus** contribui para a preservação e sustentabilidade da Região, citado pelo senador Eduardo Braga, foi o projeto aprovado pela **SUFRAMA** para instalação da Levorin Pneus. A indústria irá produzir inicialmente 100 mil pneus para motocicletas e 700 mil para bicicletas. “As fábricas de duas rodas instaladas no Polo passarão a comprar pneus também produzidos aqui, com borracha beneficiada na **ZFM**”, afirmou o senador.

“A instalação da Levorin significa geração de emprego na floresta sem precisar derrubar uma árvore para garantir o sustento humano. É com processos como esse, que conseguimos garantir um ciclo de estabilidade”, disse Braga.

Selo Amazônico

Apresentado no final do Fórum, o Selo Amazônico é um projeto idealizado pela **SUFRAMA**, que visa promover o **monitoramento** quanto à qualidade, segurança, cuidados ambientais, econômicos e sociais, além de garantir a procedência de matérias primas utilizadas na fabricação de produtos regionais. João Dória Junior, moderador do Fórum e presidente do LIDE (Líderes Empresariais) destacou o comprometimento da autarquia na criação do selo e o incluiu na lista de itens a serem vistos e debatidos.

Para a **Superintendente da SUFRAMA**, o selo “irá garantir que o produto certificado atenderá às expectativas do **mercado** e exigências do consumidor quanto à marca **Amazônia**. Além de afirmar que, ao adquirir determinado

produto o consumidor também estará contribuindo para a preservação da floresta”, explicou **Flávia Grosso**.

Prorrogação do modelo ZFM

O governador do **Amazonas**, Omar Aziz falou que o Estado tem sido protagonista na prática da sustentabilidade e destacou a prorrogação da **Zona Franca** por mais 50 anos, anunciada pela presidenta da República, Dilma Rousseff, quando esteve em **Manaus**, no dia 23. Dilma afirmou que “é necessário prorrogar o modelo pelo bem do Estado já que a **ZFM** forma uma espécie de rede de proteção para a floresta Amazônica”.

Sobre a prorrogação do modelo **ZFM**, **Flávia Grosso** disse que o anúncio deve ser comemorado como um **importante** reforço à estabilidade e à base de crescimento do modelo de **desenvolvimento regional** de maior êxito na história brasileira. A **Superintendente** também lembrou que, como o modelo **ZFM** está inserido nas Disposições Transitórias da Constituição, a prorrogação dos incentivos deverá ser efetivada por meio de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC). “Não temos dúvida de que o principal passo, que é o da decisão política, já foi dado. Confiamos que a partir daí tudo será encaminhado com a celeridade necessária”, complementou **Flávia Grosso**.

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO	Importação segura repasse de preços ao varejo, aponta estudo	
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Sergio Lamucci | De São Paulo

A forte alta de preços de insumos industriais nos últimos meses não se traduziu em alta expressiva da inflação dos bens finais no atacado e nem dos produtos industriais no varejo. Enquanto a variação em 12 meses das cotações de bens intermediários e matérias-primas para a indústria no Índice de Preços ao Produtor Amplo - Disponibilidade Interna (IPA-DI) passou de 1,4% em fevereiro de 2010 para 11,6% em fevereiro deste ano, a dos bens finais nesse indicador saiu de uma queda de 0,5% para uma alta modesta de 2% no período, mostra um estudo do Credit Suisse. No caso dos bens industriais do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), o nível de inflação em 12 meses caiu de 3,9% em fevereiro do ano passado para 3,6% em fevereiro de 2011, na mesma base de comparação.

Para o economista-chefe do Credit Suisse, Nilson Teixeira, o aumento da participação dos **importados** no consumo interno nos últimos anos tem um peso decisivo para diminuir o repasse das altas de insumos tanto para os preços dos bens industriais no atacado como no varejo. Esse processo, segundo ele, também é facilitado pelo maior controle dos preços, o que ajuda a reduzir a inércia inflacionária, processo pelo qual a inflação passada alimenta a futura.

Para 2011, Teixeira espera que os preços de bens industriais no varejo continuem comportados, mas considera "pouco provável que a desaceleração da atividade da indústria diminua significativamente a inflação de produtos industriais no IPCA nos próximos meses". Ele projeta uma alta de 3,1% para esses bens neste ano, apenas um pouco abaixo dos 3,5% de 2010. "O ponto é que a elevação de preços industriais está muito mais associada ao aumento dos preços de commodities que ao ritmo de expansão do consumo", afirma Teixeira.

Alguns dos setores industriais em que os preços subiram com força são os que têm o algodão como principal insumo, destaca o estudo do Credit Suisse. As

cotações de bens intermediários e matérias-primas do setor de produtos têxteis, por exemplo, subiram 27% nos 12 meses até fevereiro. No mesmo período, os bens finais no atacado desse segmento tiveram alta de 14%. No caso dos produtos químicos, muito influenciados pelas cotações do petróleo, os preços de bens intermediários e matérias-primas do segmento aumentaram 6,8%. Os bens finais avançaram menos - 3,6%. No segmento de borracha e plástico, os preços dos bens finais no atacado subiram 6,6%, até mais que a alta de insumos do segmento, de 5,8%.

Já em setores como máquinas, aparelhos e materiais elétricos e máquinas e equipamentos, a elevação das cotações de insumos não foi acompanhada por alta relevante dos bens finais. No primeiro, os insumos aumentaram 15,8%, sempre nos 12 meses até fevereiro, mas os produtos finais subiram 4,4%. Trata-se de um segmento em que a participação dos **importados** no consumo interno ganhou bastante espaço nos últimos anos, diz Teixeira. Os números mostram, segundo ele, a dificuldade da maior parte da indústria para repassar aumentos de custos.

"As **importações** têm peso grande nesse processo, uma vez que elas ameaçam o produto nacional em todas as etapas do processo produtivo e por isso dificultam o repasse, mesmo no atacado", diz a economista-chefe da Rosenberg & Associados, Thaís Zara. "A boa notícia é que, se não fosse isso, a inflação estaria ainda mais alta."

A pressão sobre os insumos eleva o risco de repasse para os bens industriais no varejo nos próximos meses, mas a análise feita pelo Credit Suisse do comportamento dos dois indicadores sugere que não há grande motivo para preocupação.

O estudo do Credit Suisse mostra que houve uma queda expressiva no repasse da inflação de insumos para os produtos industriais no IPCA nos últimos anos, analisando o que ocorria entre 1996 e 2002 e de 2003 a 2011. No primeiro período, um aumento de 1 ponto percentual nos

preços dos insumos industriais produzia um impacto de 1,95 ponto na inflação de produtos industriais no IPCA nos 12 meses seguintes. De 2003 a 2011, o impacto caiu significativamente, para apenas 0,32 ponto.

A presença crescente das **importações** é fundamental para entender esse fenômeno, diz Teixeira, ressaltando também a importância da diminuição da inércia inflacionária no período mais recente. A manutenção da inflação em níveis elevados por mais tempo, porém, pode realimentar a inércia. O IPCA, que fechou 2010 em 5,9%, deve fechar 2011 próximo desses níveis, de acordo com a maior parte dos analistas.

Uma novidade de 2011 é que, tudo indica, o câmbio não deve se valorizar como nos anos anteriores. O Banco Central (BC) parece fazer de tudo para impedir a queda do **dólar** abaixo de R\$ 1,65. Desse modo, se houver uma

alta mais forte de preços dos produtos **importados**, as cotações convertidas reais desses bens tenderiam a subir. Em vez de **importar** deflação, o país poderia começar a **importar** inflação. O risco, porém, não parece exagerado. Thaís lembra que, com exceção das commodities, os preços dos produtos **importados** ainda estão em patamar muito baixo.

Já o professor Luciano Nakabashi, da Universidade Federal do Paraná (UFPR), nota que o câmbio está bastante apreciado se comparado com a média dos últimos 10 ou 20 anos. "A manutenção do câmbio valorizado vai manter a pressão para que não ocorra o total repasse da elevação dos custos aos preços."

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO Negócios não mudam com Dilma, diz pesquisa		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Sergio Leo | De Brasília

O governo de Dilma Rousseff deve mudar pouco os rumos positivos da economia brasileira e terá efeito pequeno sobre os negócios, acredita a maioria dos empresários filiados à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), segundo pesquisa do Ibope feita a pedido da instituição com 347 empresas, no fim de janeiro. A pesquisa, que enfatizou as barreiras ao crescimento, mostra empresários pouco otimistas em relação à queda de tributos ou mudanças no sistema de licenciamento ambiental, ou na desvalorização do real em relação ao dólar.

O pessimismo em relação à carga de impostos no país também é um dos principais temas da Carta do Ibre, a análise mensal da revista "Carta de Conjuntura", da Fundação Getulio Vargas, que será divulgada hoje. Com o esgotamento da política cambial como mecanismo de controle da inflação e a continuidade dos aumentos do salário mínimo e dos benefícios sociais, Dilma pode se ver obrigada a aumentar a carga tributária, para evitar uma queda indesejável nos investimentos públicos, prevê o presidente do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da FGV, Luis Guilherme Schymura.

"A pergunta que fazemos é: será que dá para aumentar a carga tributária e manter a impressão da população de que o efeito líquido é positivo?", antecipa Schymura. Como indica a pesquisa da Fiesp, as perspectivas do primeiro ano de governo de Dilma Rousseff não são negativas, mas há incertezas como o impacto dos aumentos do salário mínimo, que provocará novas pressões inflacionárias. "A economia brasileira está muito mais a reboque dos arranjos políticos do que esteve, como mostram as negociações sobre o mínimo", diz Schymura.

Entre os empresários pesquisados pela Fiesp, 80% acreditam que o governo se verá obrigado a aumentar as taxas de juros e apenas 14% creem em corte de gastos públicos como arma anti-inflação. Entre grandes empresas, com mais de 500 empregados, esse percentual é maior, 19%, e é maior também o número de grandes empresas que prevê "grande efeito" da mudança de governo sobre seus negócios: 13%, para uma média de 9%.

Quando respondem diretamente à pergunta sobre o que o governo fará com os gastos públicos, o percentual dos que preveem aumento é de 29%, e 42%, principalmente os médios empresários, creem que haverá redução. Ao comentar onde acreditam que haverá mais cortes, o maior grupo de empresários (23% do total) é o dos que pensam que os mais afetados serão os investimentos - logo a seguir vêm os otimistas que antecipam um aumento de eficiência na máquina pública (8% do total).

Há pouca esperança de mudanças na tributação sobre folha de pagamento, uma promessa de campanha de Dilma. Chegam a 68% os que acham que não haverá mudança e 9% acham que haverá um pequeno aumento. Há otimismo, porém, em relação a incentivos a investimentos fixos em inovação. Para 65% dos empresários eles devem ser mantidos e 25% creem que aumentarão, embora pouco.

"Com o desempenho positivo no ano passado, 7,5% de crescimento, 11% de aumento na produção industrial, é normal achar que as coisas possam ser parecidas no início do ano", comenta o presidente da Fiesp, Paulo Skaf. "Mas há uma tendência de piora", garante, citando a valorização do real e o aumento das importações. "Vamos ter complicações em breve", diz.

Mais otimista, Schymura, do Ibre, prevê potencial de crescimento para a economia brasileira de 4,1% ao ano, considerando expansão da oferta de trabalho semelhante a dos últimos anos (1,8% anuais) e um pequeno incremento na chamada produtividade total dos fatores, o aumento na capacidade de produção devido a melhorias nos fatores produtivos como capital e trabalho. Mas Dilma terá de escolher entre aumentos do mínimo, manutenção de investimento ou maior inflação, já que não contará com o ritmo de crescimento econômico do governo anterior, que permitiu um aumento no salário mínimo sem frear a criação de empregos, diz a Carta do Ibre.

"As perspectivas para o governo Dilma não são ruins. O crescimento estará na faixa de 4% ao ano, embora tenha de subir os juros", nota Schymura. No exercício de estimativas feito pelo Ibre, estima-se que o estoque de capital no país

crescerá 4,1% ao ano, graças a uma taxa de investimento média anual em torno de 19% do Produto Interno Bruto (**PIB**).

Schymura lembra que, nos últimos oito anos, a taxa média de investimento trimestral caiu para 16,4% do **PIB**, abaixo dos 17,1% dos oito anos anteriores. O crescimento de 24% té o fim do governo Dilma Rousseff apontado nas

previsões oficiais é um "cenário de sonhos", avalia o economista. A necessidade de trazer a inflação de volta ao centro da meta de 4,5% é um dos fatores que impedirão a visão "rósea" de grande recuperação da taxa de investimentos nos próximos anos, acreditam os técnicos do Ibre.

	VEÍCULO CORREIO DA PARAÍBA - PB		EDITORIA
	TÍTULO Romero Rodrigues luta pela <u>Zona Franca</u> do Nordeste		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Ele disse ainda que há de se ter como espelho a Zona Franca de Manaus, centro financeiro que viabiliza uma base econômica na Amazônia Ocidental

Da Redação

O deputado federal Romero Rodrigues (PSDB-PB) apresentou requerimento à Mesa da Câmara dos Deputados propondo a instalação da Frente Parlamentar em Defesa da Implantação da Zona Franca do Nordeste. Pela proposta do deputado, a sede da Zona Franca seria em Campina Grande, em razão do seu potencial econômico e de sua situação geográfica na região Nordeste.

Segundo Romero, é importante a implantação da Zona Franca do Nordeste, sendo indispensável o apoio de deputados, senadores, prefeitos, governadores, além, e, principalmente da população para a implementação da iniciativa da maior importância para o desenvolvimento do Nordeste.

“Esperamos contar com o apoio das organizações não governamentais para a concretização desse benefício para gerar milhares de empregos e desenvolver a região como um todo. Destacamos a importância e o potencial da Paraíba, de Campina Grande, e de outros Estados e Municípios nordestinos

com várias universidades, diversas indústrias e a força trabalhadora de seu povo”, afirmou.

Ele disse ainda que há de se ter como espelho a Zona Franca de Manaus, centro financeiro (o principal da região norte do Brasil) que viabiliza uma base econômica na Amazônia Ocidental, promove a melhor integração produtiva e social da região e garante a soberania nacional sobre suas fronteiras.

A Zona Franca de Manaus, segundo Romero Rodrigues, é a mais bem-sucedida estratégia de desenvolvimento regional. O modelo leva à região de sua abrangência (Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima) desenvolvimento econômico aliado à proteção ambiental, proporcionando melhor qualidade de vida à população.

A Zona Franca de Manaus foi criada em 1967 com o objetivo de estimular a industrialização. “Trata-se de uma área de livre comércio, onde não é cobrado imposto de importação. Além do mais, contribui para o desenvolvimento do comércio local”, comentou Romero Rodrigues.

	VEÍCULO PLANETECH.UOL.COM.BR		EDITORIA
	TÍTULO Manaus: por dentro das fábricas do Polo Industrial		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Por Ricardo Marques

Embarco hoje para **Manaus** onde produzirei uma reportagem especial para a edição de 15 anos da Revista Home Theater & Casa Digital. Durante três dias, estarei nos complexos industriais das principais empresas do **mercado** de áudio e vídeo, mostrando em detalhes (dentro do possível, já que há muito sigilo no processo produtivo dos modernos displays, home theaters, blu-ray players etc) a **produção** dos sofisticados aparelhos que temos em nossas casas.

Irei visitar as fábricas da LG, Panasonic, Samsung, Semp Toshiba, Sony e Videolar, além de entrevistar o pessoal da **SUFRAMA** (**Superintendência** da **Zona Franca** de **Manaus**), para traçar um panorama da importância do Polo Industrial, que em 2010 faturou US\$ 33 bilhões, para o **desenvolvimento** do **mercado** brasileiro de áudio e vídeo.

Não podemos ignorar também o fato do **Brasil** fazer parte do BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China), países em **desenvolvimento** que se destacam no cenário mundial pelo rápido crescimento das suas economias. Dentro desse cenário,

buscaremos informações sobre a infraestrutura da **Zona Franca**, da importância dessa região para abastecimento não só interno, como de outros **mercados** da América Latina, e também mostrar a relevância (traduzida em constantes investimentos) que o Polo atingiu para as principais multinacionais do segmento.

Não podemos esquecer da tragédia do Japão e dos reflexos que essa situação pode causar na **produção** dos aparelhos em **Manaus**. Já se fala, inclusive, que boa parte da estrutura dessas fábricas poderá ser utilizada para suprir as dificuldades que as empresas atingidas estão enfrentando.

É neste contexto que embarco para **Manaus** e tudo o que descobrir por lá vou trazendo para vocês, leitores do Planetech, diariamente. A reportagem completa você confere na edição de maio, quando comemoraremos a 15ª edição da Revista.

	VEÍCULO A GAZETA-MT		EDITORIA
	TÍTULO GOVERNO FEDERAL QUER ATRAIR EMPRESAS DO PAÍS PARA A PDP		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Alexandre Rodrigues

Rio de Janeiro-AE

Além de conciliar as duas distintas visões para a nova política industrial, o governo vem atrasando a definição da nova Política de **Desenvolvimento** Produtivo (PDP) para ampliar a adesão do setor privado ao plano. Na semana que vem, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) entrega ao governo um documento com uma série de sugestões para a PDP.

"Noto que houve uma mudança no novo governo, e o **Ministério** da Ciência e Tecnologia agora tem uma visão mais empreendedora de como fazer os recursos para a inovação chegarem nas empresas. Até agora, o governo tem incentivado muita geração de conhecimento, mas pouca transferência disso para a **produção**", diz o presidente da CNI, Robson Andrade.

Além da conhecida pauta de desoneração fiscal dos investimentos e combate ao custo Brasil, os empresários querem participar mais da governança da política industrial, aumentando o número de segmentos atendidos pelas ações setoriais: "Acreditamos que a nova política não deve ser setorizada. No Brasil, todos os setores são estratégicos".

"Inovação hoje é obrigação de todo e qualquer setor da economia", concorda Glauco Arbix, garantindo que há mais convergência do que disputas no governo entre os defensores do investimento em volume e os que veem a inovação como um caminho para diversificar uma base industrial. "Podemos fazer as duas coisas, combiná-las, mas a fraqueza do **Brasil** está na inovação e ela é que deve ser o coração e o Norte", diz.

	VEÍCULO DCI-SP		EDITORIA
	TÍTULO CAMEX APLICA TAXA DE 10% À IMPORTAÇÃO DE POLIPROPILENO		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

A Câmara de Comércio Exterior (Camex), ligada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic), aprovou a aplicação de antidumping definitivo, por um prazo de até cinco anos, às importações de polipropileno (PP) dos Estados Unidos. A medida, solicitada pela Braskem, resultará em taxa de 10,61% ao produto norte-americano, o que beneficiará diretamente a petroquímica brasileira, única fornecedora local de PP.

Segundo texto publicado pela Camex, o direito antiduPIMg pode ser aplicado às importações de "polipropileno, homopolímero e copolímero, originárias dos Estados Unidos da América, comumente classificadas nos itens 3902.10.20 e 3902.30.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), respectivamente". Dados publicados recentemente pela própria Braskem apontam que a América do Norte respondeu por quase um terço das importações brasileiras de resina em 2010. O produto, por sua vez, respondeu por 26% da demanda doméstica total no período.

Em resposta à decisão da Camex, a Associação Brasileira da Indústria do Plástico (Abiplast) mostrou preocupação com os prováveis efeitos da medida no mercado doméstico e citou o momento no qual a aprovação acontece. "A elevação do direito antidumping, que poderá encarecer os preços de diversos produtos derivados de polipropileno, ocorreu menos de um mês depois de o Cade aprovar a

aquisição da Quattor pela Braskem", destaca a entidade, em nota.

A Abiplast deverá entrar com recurso contra a decisão, que poderia alterar o patamar de preços do PP vendido no mercado interno. A preocupação dos transformadores plásticos é de que os produtores de outras regiões, ao constatarem a alta dos preços dos produtos norte-americanos (considerados de referência no mercado), decidam acompanhar o movimento com vistas a garantir melhores margens. O polipropileno é utilizado para a confecção de autopeças, embalagens, bens de consumo, móveis, etc, e por isso tem efeito direto na formação de preços de diversas cadeias da indústria brasileira.

A investigação sobre dumping nesse mercado teve início em janeiro de 2009, antes, portanto, do início das negociações acerca da aquisição da Quattor. Na oportunidade, a Braskem protocolou petição para a abertura da investigação sobre os preços praticados pelos fabricantes de resinas dos Estados Unidos e também da Índia. A análise do caso pela Camex teve início em julho de 2009.